

Documento de apoio à 6.ª Reunião da Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca

20 Novembro de 2019

1. Condições meteorológicas:

- Temperatura – No atual ano hidrológico a temperatura o valor médio da temperatura média do ar em Portugal continental, 16.75 °C, foi superior ao valor normal (1971-2000) em 0.54 °C e o valor médio da temperatura máxima do ar foi de 22.42°C, 1.19 °C superior ao valor normal e o valor médio da temperatura mínima do ar, 11.08 °C, foi inferior ao normal em 0.11 °C.
- Precipitação – O ano hidrológico 2018/2019 (1 de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2019) registou o 6º valor mais baixo da quantidade de precipitação acumulada desde 2000º. O valor médio da quantidade de precipitação no ano hidrológico 2018/19, desde 1 de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2019, 635.7 mm, corresponde a 72 % do valor normal. Em outubro de 2019 valor médio da quantidade de precipitação corresponde 81 % do valor normal mensal. Verificou-se uma forte variabilidade espacial na distribuição da precipitação, os valores registados em grande parte da região Noroeste foram superiores ao normal e na região Sul os valores foram inferiores.
- No final do mês outubro verificou-se um aumento dos valores de percentagem de água no solo, em relação ao final de setembro, que foi mais significativo em alguns locais das regiões do Norte e Centro. Nas regiões do Noroeste os valores são superiores a 80%, sendo nalguns locais iguais à capacidade de campo. Em alguns locais da região do Vale do Tejo e nas regiões do Alentejo e Algarve os valores continuam inferiores a 20 %.
- Índice de seca PDSI (15 abril) – houve um desagravamento da situação de seca meteorológica nas regiões do Norte e Centro. Na região Sul mantém-se a situação de seca meteorológica. Deste modo, no final de outubro, **cerca de 36% do território mantém-se em situação de seca severa e extrema.**

2. Disponibilidades hídricas:

- **Do ponto de vista hidrológico não houve ainda recuperação dos níveis de água armazenados, quer nas albufeiras quer nas águas subterrâneas.**
- Assim os armazenamentos de Outubro de 2019 por bacia hidrográfica apresentam-se inferiores às médias de armazenamento de Outubro (1990/91 a 2018/19), exceto para as bacias do Cávado, Douro e Arade. **As situações mais críticas estão a sul do rio Tejo.**

- Comparando com outubro de 2018 as disponibilidades em outubro de 2019 são inferiores em todas as bacias hidrográficas, com exceção das bacias do Lima, Cávado, Ave e Mondego.
- Quando se compara a situação de outubro de 2019 com outubro de 2017, 6 bacias apresentam, em 2019, valores de armazenamento total inferiores (Douro, Ribeiras do Oeste, Guadiana, Mira, Barlavento e Arade). Relativamente ao Sado o planeamento faseado das transferências do Alqueva, que ocorrem desde 2018, evitou que se atingissem valores mais baixos dos que os verificados em 2017.
- Em outubro de 2018, apenas 13 das albufeiras avaliadas (22%) tinham disponibilidades inferiores a 40% do volume total, e em outubro de 2017 eram 28 albufeiras (47%), um número inferior ao observado em 2019, que são de 30 (50%) albufeiras:
 - 1 na bacia do Lima: Alto Lindoso [32%];
 - 1 na bacia do Douro: Varosa [35%];
 - 3 na bacia do Mondego: Fronhas [35%], Lagoacho [24%], Vale do Rossim [24%];
 - 7 na bacia do Tejo: Divor [6%], Idanha [30%], Magos [31%], Maranhão [22%], Minutos [35%], Montargil [35%], Pracana [38%];
 - 9 na bacia do Sado: Monte da Rocha [9%], Campilhas [7%], Fonte Serne [29%], Pego do Altar [11%], Roxo [19%], Vale do Gaio [19%], Odivelas [27%], Monte Gato [24%], Monte Miguéis [25%];
 - 6 na bacia do Guadiana: Vigia [11%], Caia [14%], Monte Novo [24%], Abrilongo [2%], Lucefecit [5%], Beliche [29%], Odeleite [36%];
 - 2 na bacia do Arade: Arade [26%], Odelouca [36%]
 - 1 na bacia do Barlavento: Bravura [31%].
- Águas subterrâneas: A precipitação ocorrida ao longo do ano hidrológico 2018-2019 permitiu a recuperação dos níveis de água subterrânea em diversas massas de água do norte e centro do país, com exceção da zona sul, abrangendo as bacias hidrográficas do Sado, do Guadiana e Ribeiras do Algarve onde se continuam a registar níveis significativamente inferiores à média mensal. Ao longo do ano hidrológico 2018-2019 os eventos pluviosos na região sul do país **não permitiram que se efetuasse a recarga** eficaz das massas de água subterrâneas, verificando-se a partir do mês de fevereiro uma descida generalizada dos níveis piezométricos, tendo atingido em alguns aquíferos valores próximos dos observados em 2005. As seguintes massas de água têm, de forma recorrente, registado mensalmente níveis inferiores ao percentil 20:
 - MA Moura-Ficalho (bacia do Guadiana);

- MA Elvas-Campo Maior (bacia do Guadiana);
 - MA Campina de Faro – Subsistema Vale de Lobo (bacia das Ribeiras do Algarve);
 - MA Campina de Faro – Subsistema Faro (bacia das Ribeiras do Algarve).
- No rio **Tejo** entre os meses de janeiro a junho os caudais afluentes de Espanha estiveram, em regra, próximos do percentil 20. A gestão das albufeiras portuguesas permitiu garantir a jusante de Belver um caudal mínimo diário. Durante o mês de setembro de 2019 e para cumprir o caudal integral anual Espanha lançou um volume significativo na ordem dos 200 hm³, apenas à custa do volume armazenado na albufeira de Cedillo, descendo cerca de 20 m em menos de 1 mês. Durante o mês de Novembro, e de forma gradual, os níveis de Cedillo subiram já cerca de 7 metros, estando à cota 102. Normalmente esta albufeira situa-se entre cota 113 e a 114m.

3. Aproveitamentos hidroagrícolas públicos:

- No ano hidrológico 2018/2019, no final de março 20 % das albufeiras hidroagrícolas tinham armazenamentos inferiores a 40 % da sua capacidade total, valor superior à situação normal (5 %), caracterizada pelo período 2010/11 a 2016/17.
- Na próxima campanha de rega e caso não haja recuperação dos níveis armazenados poderá haver necessidade de implementar medidas temporárias de contingência na utilização dos recursos hídricos em alguns dos aproveitamentos hidroagrícolas localizados nas bacias hidrográficas do Douro (Alfândega da Fé, Vale Madeiro), Tejo (Divor, Magos, Vale do Sorraia, Veiros), Sado (Campilhas e Alto Sado, Vale do Sado), Guadiana (Vigia, Caia, Lucefecit) e Ribeiras do Algarve (Sotavento, Alvor, Silves).

4. Abastecimento público

Os volumes necessários ao abastecimento público com origem em águas superficiais estão garantidos, sendo que nas situações mais críticas estão já em curso medidas de contingência. Para além dos volumes necessários há ainda que considerar que a diminuição dos volumes armazenados implica a diminuição da qualidade da água, o que obriga a um maior investimento para garantir o nível e tratamento adequado à produção de uma água para abastecimento.

Situações mais críticas atendendo às disponibilidades existentes:

- ❖ A albufeira de **Penha Garcia**, na bacia do Tejo, é usada para abastecimento público e o volume total armazenado é de 14%. Medidas em implementação pela EPAL/AdVT:
 - Instalação de uma jangada para captar água a níveis mais baixos;

- Reforço do abastecimento a partir das Termas de Monfortinho (medida implementada e em funcionamento desde o passado dia 25 de outubro);
- Reforço de abastecimento a partir da barragem de Toulica (em curso a operacionalização da solução, nomeadamente a recuperação de equipamentos da antiga ETA da Toulica que se encontra atualmente desativada);
- Reforço de abastecimento a partir do furo de Alcafozes (em curso a operacionalização) -> articulação com a APA;
- Estudo de soluções estruturais para reforço do sistema de Penha Garcia a partir de outras origens (Albufeiras da Meimoa, Santa Águeda e Idanha) -> articulação com a APA;
- Planeamento do reforço do abastecimento por autotanques (identificação de locais de carregamento e descarga, e das condições técnicas para o efeito);
- Campanhas de sensibilização junto da população.

❖ **A albufeira do Monte da Rocha**, na bacia do Sado e sem ligação ao Alqueva, nunca chegou a recuperar apresenta-se como uma das situações mais complicadas. Volume útil permite garantir o abastecimento por 2 anos. Medidas de Contingência em implementação (AgdA / EDIA):

- Transporte de água por autotanque para várias povoações dos concelhos de Castro Verde, Mértola, Odemira e Ourique (34 135 m³ de água transportada);
- Execução de várias empreitadas no sistema de Monte da Rocha e Guadiana Sul, para ligação dos pequenos sistemas isolados aos sistemas da AgdA (conclusão das empreitadas durante o próximo ano);
- Projeto de ligação da albufeira do Monte da Rocha ao EFM do Alqueva que está em desenvolvimento -> previsão de conclusão 2022.

❖ **Na albufeira da Vigia** na bacia do Guadiana, com dois usos associados onde os níveis observados na albufeira são extremamente baixos. Ligação da água proveniente do Alqueva diretamente à Estação Elevatória da Vigia, a partir de 01/09/2017 com um caudal cerca de 100 m³/h, não é suficiente para as necessidades agrícolas que subiram com algum significado. Volume útil a 8 novembro 2019: **685 000 m³**. Medidas de Contingência em implementação (AgdA / EDIA):

- Face ao nível da albufeira e à qualidade da água ainda existente na mesma, desde 8 de julho que não se efetua a captação de água na albufeira da Vigia;
- Desde essa data, a ETA da Vigia recebe água bruta proveniente da albufeira do Alqueva, transportada pela conduta da A.B.O. Vigia.

❖ Na **albufeira do Monte Novo**, na bacia do Guadiana, com dois usos associados os níveis observados são muito baixos 24%, com agravamento da qualidade da água. Medidas em implementação (EPAL/AdVT / EDIA):

- Transferência de caudais a partir do EFM do Alqueva (desde 31 de agosto);
- Monitorização dos caudais captados pelo utilizador agrícola;
- Instalação de jangada provisória de reforço à captação;
- Limpeza do fundo da albufeira junto à torre de captação e instalação de antepara metálica para limitar a entrada de sedimentos ao nível da comporta de fundo;
- Operacionalização da etapa de pré-oxidação com hipoclorito de sódio (na ETA) – dar resposta ao tratamento de concentrações elevadas de azoto amoniacal;
- Aquisição e instalação de duas jangadas para captação na albufeira, equipadas com grupos elevatórios com uma capacidade nominal de 1000 m³/h.

❖ Volumes úteis armazenados nas albufeiras **Odeleite, Beliche, Bravura, Arade, Odelouca**: 92,424 hm³ + 25,25 hm³ na albufeira do **Funcho**. Necessidades para abastecimento, agricultura, golfe, caudais ecológicos e evaporação apresentam um valor médio de 123 hm³/ano. Medidas de Contingência implementadas ao longo do ano hidrológico de 2018-2019 pela AdA:

- **Aumento da percentagem de água subterrânea utilizada para abastecimento** público (proveniente do Aquífero Querença-Silves) passando de 7% (valor usado ano húmido) para 45% do total de água tratada (próximo do valor máximo titulado 500 l/s);
- Reforço da captação de água na albufeira da barragem da Bravura, prolongando o funcionamento e produção de Água na ETA de Fontinhas, ajustando os caudais em à capacidade de tratamento versus necessidades de consumo;
- Utilização das Estações Elevatórias Reversíveis (atingindo 350l/s de transferência de água de Nascente para Poente), para equilibrar as disponibilidades em Odeleite-Beliche, face às baixas disponibilidades de água da albufeira de Odelouca e limitações de tratamento da ETA de Alcantarilha para dar resposta aos caudais necessários na época alta;
- Campanha de sensibilização para redução de consumos face à situação de seca (promovida junto do Sector do Turismo, dos clientes finais e Entidades em baixa).

Foram lançados avisos do POSEUR visando abranger projetos de redução de perdas nos sistemas em baixa.

5. Ponto de situação das culturas e abeberamento de animais

DRAP Lisboa e Vale do Tejo

Boa evolução nas áreas de pastagens (naturais e semeadas), bem como das áreas semeadas com forragens anuais. Existem disponibilidades de alimento em pastoreio suficientes para grande parte do efetivo explorado em regime extensivo. Em algumas zonas, a quebra de produção forrageira ocorrida na campanha anterior, aleada à antecipação no consumo de alimentos conservados pode comprometer as disponibilidades alimentares durante os meses de inverno

DRAP ALentejo

Existe atraso na sementeira de culturas forrageiras, devido à não ocorrência de precipitação, situação que não é generalizada, pois nas zonas em que ocorreu precipitação, foram feitas sementeiras e as temperaturas suaves criaram condições favoráveis à germinação das ervas espontâneas bem como das áreas forrageiras semeadas.

A quebra de produção forrageira ocorrida na campanha anterior, aleada à antecipação no consumo de alimentos conservados, conduzirá ao comprometimento das disponibilidades alimentares das explorações pecuárias durante os meses de inverno.

Verificam-se alguns constrangimentos no abeberamento dos efetivos pecuários, ultrapassados com o recurso ao transporte de água e/ou utilização de outras fontes de abeberamento na própria exploração. A quantidade de água armazenada em charcas e barragens, continua a decrescer, encontrando-se a um nível de armazenamento muito inferior ao normal, existindo situações de esgotamento total

DRAP Algarve

A maioria das pequenas charcas, apresentam volumes de água diminutos, não garantindo a água necessária, em quantidade e qualidade, para o abeberamento dos efetivos pecuários (em especial nos concelhos e nas zonas de serra de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Loulé).

Os produtores têm necessidade de percorrerem diariamente grandes distâncias com os rebanhos e em muitos casos, de recorrerem ao transporte contínuo de água até aos animais, em depósitos adequados para o efeito.

Muitos produtores chegaram ao fim das reservas de alimentos que tinham armazenado. Houve também agricultores que foram obrigados a comprar quantidades excepcionais de palha ou feno, a par de quantidades suplementares de rações, para poderem manter os animais neste período muito crítico. No entanto, alguns animais apresentam um aspeto de magreza dadas as dificuldades alimentares que enfrentam de momento.

6. Outros

Os baixos caudais do rio Sado que se verificaram em 2018/2019 e que continuam baixos, não permitiram realizar as transferências de água para a **albufeira de Morgavel responsável pelo abastecimento ao polo industrial de Sines**. Assim foi promovido um protocolo entre Águas de Santo André (AdSA), EDIA Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado (ARBCAS) para reforço da albufeira de Morgavel a partir da EDIA, através do canal da ARBCAS. Este protocolo foi assinado a 9 de maio de 2019 e contempla:

- Volume máximo de 6 hm³ a aduzir à AdSA, em 2019 (se necessário)
- Salvaguarda dos volumes para a ARBCAS, em cada momento (em função das necessidades agrícolas)
- Sujeito a condicionantes e prioridades das utilizações associadas à exploração e conservação da EDIA e da ARBCAS.

Para continuar a garantir os níveis de armazenamento da albufeira de Morgavel está previsto:

- Manter a transferência de caudais a partir do EFM do Alqueva para o rio Sado;
- Estudo da possibilidade de instalação de uma jangada na albufeira de Morgavel para captação no volume morto.

A **produção de energia hidroelétrica** durante o ano 2018/2019 apenas correspondeu a cerca de 54%.

7. Medidas

A existência da Comissão Interministerial e respetivo Grupo de Trabalho de assessoria técnica, enquanto fórum de debate e de integração de todos os aspetos relevantes para a gestão de situações de seca, e as ações que desde julho de 2017 têm vindo a ser tomadas, permitem hoje um melhor acompanhamento da situação, uma maior resiliência e gestão das disponibilidades existentes, minimizando, de forma mais efetiva e progressiva, as alterações que vão ocorrendo nas disponibilidades hídricas e condições meteorológicas. **Do que foi realizado importa salientar:**

- Aprovação do Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca;
- Elaboração de relatórios de monitorização mensais, podendo a frequência ser aumentada em caso de contingência, com incremento da monitorização;
- Acompanhamento regular permitiu, nas situações de seca, a adoção mais célere e atempada de ações que permitiram a mitigação dos seus efeitos na atividade dos agricultores;
- Reforço da monitorização e da sua disponibilização;
- Promoção de uma melhor articulação entre os diferentes utilizadores nas zonas críticas identificadas, nomeadamente nos sistemas menos resilientes;
- Integração nas atividades das entidades envolvidas do planeamento anual prévio das transferências do Alqueva para as albufeiras das bacias do Sado e Guadiana, de forma a tornar mais sustentável, económica e tecnicamente, estas transferências;
- Implementação de um caudal mínimo diário em Belver, que se mantém desde junho de 2017;
- Realização de campanhas de sensibilização para poupança nos consumos urbanos;
- Implementação de medidas nas áreas ardidadas para garantir a proteção dos recursos hídricos 867 protocolos investimento de 16,42 M€ (Fundo Ambiental);
- Restrições no licenciamento para uma melhor proteção das águas subterrâneas, licenciando novas captações apenas por autorização, nos termos previstos do n.º 4 do artigo 62.º da Lei da Água, bem como o reforço da fiscalização;
- No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014- 2020 (PDR 2020) apoiaram-se «Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola», para mitigar os efeitos da seca severa e extrema enquanto fenómeno climático adverso, através do apoio a investimentos específicos nas explorações agrícolas em que a escassez de água comprometia o maneio do efetivo pecuário, em particular o seu abeberamento assim como a sobrevivência de culturas permanentes;
- Publicação de um conjunto de legislação de âmbito nacional e comunitário, entre eles o Despacho n.º 8683/2019, de 24 de setembro, que declara a existência de uma situação de seca severa e extrema (agrometeorológica) em determinados concelhos de Portugal Continental, que vem permitir que os produtores promovam adaptações nas suas práticas à situação da

seca, sem penalizações nos seus apoios comunitários, seja no âmbito dos pagamentos diretos, seja nos pagamentos de superfície do PDR.¹;

- Reforço da percentagem de adiantamento dos pagamentos diretos para 70%;
- Articulação com os municípios e entidades gestoras para diminuir os consumos urbanos;
- Remoção e limpeza de sedimentos acumulados em 8 albufeiras (2,36 M€ do Fundo Ambiental);
- Dar continuidade à implementação de 12 projetos (listados no Anexo1) que promovem a interligação de barragens de maior capacidade de regularização com as de menores dimensões, coordenados pela EDIA; previsão de conclusão até 2023;
- Dar continuidade aos 3 projetos de aumento do armazenamento das barragens, e implementando medidas de correção e melhoria de situações de índole estrutural e /ou hidráulico: Pretarouca (Douro), Fagilde (Mondego) e Lucefecit (Gadiana).
- Iniciados os trabalhos de elaboração dos Planos de Gestão de Seca por Região Hidrográfica, que terá por base um estudo que está a ser iniciado que vai permitir determinar as disponibilidades existentes por massa de água, sistematizar as necessidades dos diferentes setores, bem como as perspetivas de evolução futura face às alterações climáticas. Vão ser definidos indicadores de acompanhamento de secas prolongadas e a determinação do índice de escassez por sub-bacia, com a consequente atualização dos coeficientes de escassez que integram a Taxa de Recursos Hídricos, em cumprimento do que ficou estabelecido no Decreto-Lei n.º 46/2017.

Atendendo às disponibilidades hídricas armazenadas no início do ano hidrológico e face à incerteza da sua evolução em termos meteorológicos (temperatura e precipitação) é necessário dar continuidade às seguintes medidas, definidas em março de 2019:

1. Reforçar a monitorização e da sua disponibilização, nomeadamente ao nível de barragens agrícolas de interesse coletivo local e estabelecer uma metodologia, tendo base uma amostragem

¹ (1)Derrogação que permita pastoreio das parcelas de pousio declaradas para efeitos do cumprimento do greening; (2)Prémio por vaca em aleitamento – alteração das condições de elegibilidade - alargamento do intervalo entre partos para os 24 meses e aumento da percentagem máxima de novilhas nos animais elegíveis a prémio para 40%; (3)Redução do encabeçamento mínimo (de 0,2 para 0,1 CN/ha) exigido para o pagamento de superfícies forrageiras no âmbito de medidas SIGC do PDR2020; (4)Inclusão do pousio nas superfícies mínimas de ocupação no caso de culturas temporárias - Ação n.º 7.9 - Mosaico agroflorestal do PDR2020; (5)Possibilidade de aumentar efetivo pecuário na operação n.º 7.7.3 – Apoio à proteção do lobo Ibérico e operação n.º 7.8.1 Manutenção de raças autóctones em risco do PDR2020; (6)Possibilidade de substituir o cereal praganoso de sequeiro por pousio, não havendo lugar às respetivas representatividades mínimas relativamente ao apoio à Manutenção de rotação de sequeiro cereal-pousio da operação n.º 7.7.2 Apoios zonais de caráter agroambiental do PDR2020. (7)Derrogação às regras de produção aplicáveis à alimentação animal na Produção Biológica, em caso de catástrofes (seca e/ou incêndios) - Publicação pela DGADR de NOTA de esclarecimento sobre o pedido de autorização para a utilização, por operadores individuais, de alimentos não biológicos.)

representativa, para acompanhamento do estado de barragens de natureza privada, contribuindo para a melhoria da monitorização da situação e apoio à decisão.

2. Continuar a promover uma melhor articulação entre os diferentes utilizadores, nomeadamente nos sistemas menos resilientes, promovendo sempre que necessário reuniões da sub-Comissão no âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras.
3. Dar continuidade ao planeamento anual prévio das transferências do Alqueva para as albufeiras das bacias do Sado e Guadiana, de forma sustentável, tanto do ponto de vista económico como técnico, avaliando o incremento dos consumos enquanto não exista reposição dos volumes armazenados em Alqueva.
4. Continuar a garantir a implementação de um caudal mínimo diário em Belver, que se mantém desde junho de 2017.
5. Promover campanhas de sensibilização, com o envolvimento das entidades com competências nos setores em causa (incluindo municípios e entidades gestoras), para a necessidade do uso racional da água destinada à população em geral, a agentes económicos e entidades públicas, com divulgação abrangente, Setor Urbano (incluindo o comércio), Setor Agrícola, Setor do Turismo e Setor Industrial.
6. Continuar a implementar restrições no licenciamento, nomeadamente licenciando novas captações subterrâneas de águas particulares apenas por autorização, nos termos previstos do n.º 4 do artigo 62.º da Lei da Água, para uma melhor proteção das águas subterrâneas, bem como o reforço da fiscalização.
7. Promover e incrementar os projetos de reutilização, de eficiência dos consumos e na redução das perdas na distribuição.
8. Avaliar nas regiões onde se verificaram as maiores dificuldades em garantir o abeberamento de animais em 2017, a exequibilidade de instalar pontos de água ou cisternas, associados a albufeiras de águas públicas, garantindo assim, em situações de contingência de seca, uma rede de suporte que permita uma atuação mais rápida com esta finalidade.
9. Promover os estudos que permitam o desenvolvimento e implementação de medidas de natureza estruturante em paralelo com ações conjunturais e de maior eficiência, nomeadamente para assegurar o equilíbrio entre a procura e a oferta, evitando situações de escassez e promovendo a resiliência à seca, tendo por base os cenários de alterações climáticas e a estratégia de adaptação definida na ENAAC.

Para além destas medidas e até que se comece a verificar reposição dos volumes armazenados nas albufeiras e águas subterrâneas serão ainda implementadas as seguintes medidas:

10. Acompanhar de forma regular as situações mais críticas e adotar as medidas mais adequadas com a evolução que vai ocorrendo, para mitigação dos seus efeitos na atividade dos setores e no ambiente, com particular enfoque no abastecimento público e na agricultura.
11. Suspender a emissão de títulos de novas captações de água subterrânea **para uso particular**, (processos em curso ficam aguardar decisão), até que haja garantia dos volumes necessários para o abastecimento público (considerando as disponibilidades superficiais e subterrâneas), em 10 massas de água, 2 na bacia do Guadiana (ELVAS - CAMPO MAIOR e MOURA – FICALHO) e 8 na Região do Algarve (QUERENÇA – SILVES; ALBUFEIRA - RIBEIRA DE QUARTEIRA; PERAL – MONCARAPACHO; ALMANCIL-MEDRONHAL; SÃO JOÃO DA VENDA – QUELFES; ALMÁDENA – ODEÁXERE; QUARTEIRA; CAMPINA DE FARO, dado que apresentam níveis piezométricos inferiores ao percentil 20 desde fevereiro/março 2019 e que são estratégicas como reservas para o abastecimento público. No imediato é criada uma task-force, coordenada pela APA com a participação, entre outros, das DRAP Algarve e Alentejo, com o objetivo de avaliar as disponibilidades existentes e a sua evolução face às necessidades identificadas e às especificidades territoriais, com particular atenção aos projetos com operações já abertas no PDR 2020.
12. Realizar, em janeiro de 2020, reuniões da sub-Comissão Sul, no âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras, para avaliação, e articulação entre os diferentes usos, a necessidade de implementar medidas temporárias de contingência, até que haja reposição natural dos níveis de armazenamento nas albufeiras e águas subterrâneas nas regiões a sul do rio Tejo.
13. Promover a reutilização da água ao nível dos usos urbanos, rega de campos de golfe e rega agrícola, nomeadamente de culturas perenes, com particular incidência nas regiões a sul do rio Tejo.
14. Continuar a apoiar os agricultores na identificação de soluções eficientes para o abeberamento de animais, evitando, o disseminar de novas captações, devendo ser utilizados os pontos de água ou cisternas associados a albufeiras de águas públicas ou outras origens existentes.
15. Articular com Espanha uma aplicação do regime de caudais da Convenção de forma mais regular, bem como incrementar a colaboração entre os dois países na gestão de situações de seca prolongada.

Anexo I

Projetos de promover a interligação de barragens de maior capacidade de regularização com as de menores dimensões na área de intervenção do Alqueva:

C. H.CUBA-ODIVELAS - Criar reservatório e diversos pontos de água no território para os diferentes usos, nas proximidades de Alfundão e Faro do Alentejo.

C. H.LIGAÇÃO SISTEMA DE ADUÇÃO MORGÁVEL - Reforçar o abastecimento ao Polo Industrial de Sines e às albufeiras de Morgavel e de Fonte Serne. Cria diversos pontos de água no território para os diferentes usos da água, nas proximidades das Ermidas.

C. H.ÉVORA - Criar reservatório e diversos pontos de água no território para os diferentes usos, nas proximidades de S. Manços e de Évora.

C. H.VIANA DO ALENTEJO - Criar reservatório e diversos pontos de água no território para os diferentes usos, nas proximidades de V^a Nova da Baronía, Viana e Aguiar.

C.H.REGUENGOS- Permitir o reforço fiável à albufeira da Vigia, origem de água para a ETA (Redondo). Criar reservatórios e diversos pontos de água no território para os diferentes usos, nas proximidades de Reguengos, S. Pedro do Corval, S. Vicente do Pigeiro e Montoito.

C.H. PÓVOA-MOURA Criar reservatórios e diversos pontos de água no território para os diferentes usos, nas proximidades de Moura, Póvoa e Amareleja.

C. H.SÃO BENTO - Criar reservatório e diversos pontos de água no território para os diferentes usos, nas proximidades de V^a Nova de S. Bento, Ficalho, Vale de Vargo e À do Pinto.

C. H.VIDIGUEIRA - Criar diversos pontos de água no território para os diferentes usos da água, nas proximidades de Vila Ruiva, Vila de Frades e da Vidigueira.

C.H.CABEÇA GORDA-TRINDADE-Em fase avançada dos estudos de Projeto. Maior fiabilidade do Sistema de abastecimento público da Magra (Beja) com a integração “à cabeça” de um grande reservatório. Criar reservatório e diversos pontos de água no território para os diferentes usos da água, nas proximidades da Cabeça Gorda, Trindade e Salvada-minimizando extrações de captações subterrâneas.

C.H. LIGAÇÃO A MONTE DA ROCHA - Reforço das disponibilidades da albufeira de Monte da Rocha e ligação direta à ETA, origem de água de Ourique, Castro Verde e Almodôvar. Criar reservatório e diversos pontos de água no território para os diferentes usos da água, nas proximidades da Messejana e Panóias.

C. H. LUCEFECIT - Aumentar a capacidade de armazenamento/regulação da albufeira da barragem do Lucefecit. Criar reservatório e diversos pontos de água no território para os diferentes usos da água, nas proximidades de Capelins e Terena.

C.H. MARMELAR - Criar reservatório e diversos pontos de água no território para os diferentes usos da água, nas proximidades de Marmelar-minimizando extrações de captações subterrâneas.

C.H.MONSARAZ- Criar reservatório e diversos pontos de água no território para os diferentes usos da água, nas proximidades de Monsaraz e S. Pedro do Corval.